



Organizações & Sociedade

ISSN: 1413-585X

revistaoes@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Benini, Édi Augusto; Benini, Elcio Gustavo
AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE AUTOGESTÃO NO CAPITALISMO: FUNCIONALIDADE,
RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA
Organizações & Sociedade, vol. 17, núm. 55, outubro-diciembre, 2010, pp. 605-619
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400638357003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

AS CONTRADIÇÕES DO PROCESSO DE AUTOGESTÃO NO CAPITALISMO: FUNCIONALIDADE, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Édi Augusto Benini*
Elcio Gustavo Benini**

Resumo

O propósito deste trabalho é tecer algumas reflexões, referentes à questão da autogestão, no contexto do movimento da chamada "economia solidária". Para tanto, o caminho aqui percorrido foi aquele que considera a realidade saturada de contradições e em constante transformação. Buscou-se ter como orientação epistemológica algumas categorias fundamentais, das quais se destacam: a perspectiva de totalidade, a centralidade do trabalho e a problemática da alienação. Observamos que a *práxis* do movimento de trabalhadores em se associarem é situada dentro da crise estrutural do capital, logo, tal movimento sugere duas perspectivas: como organizações funcionais ao sistema, logo, uma alternativa produtiva de geração de renda e de trabalho; e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores. Concluímos que, apesar da situação de funcionalidade, a lógica da acumulação dos empreendimentos ditos "solidários" não é um determinismo linear, mas, sim, um movimento de criar, continuamente, novos pontos de resistência, fruto das reiteradas tentativas de experimentar algum grau de autogestão no capitalismo, o que aponta para novas possibilidades históricas e políticas derivadas de uma consciência coletiva em construção.

Palavras-chave: Economia solidária. Autogestão. Alienação. Mudança social.

The Contradictions in the Process of Self-management in Capitalism: functionality, resistance and emancipation for solidary economy

Abstract

The objective of this study is to reflect on the so-called "solidary economy". The paper discusses aspects related to alienation and its recovery, as well as the formation of a legitimate class consciousness. The highly contradictory and ever-changing reality has been taken into account here. Epistemological guidance lies in fundamental categories such as the perspective of totality, centrality of work and capital as a predominating social relation. Not only theory but also praxis of certain cases involving movements of associated employees are studied. It has been seen that collective enterprises have been formed in a time of structural crisis. The reflections also show that the movement suggests a twofold choice: as organizations functional to the system, consequently a productive choice of work and income generation; and/or as a form of employee resistance. The conclusion is that the hegemonic logic of the so-called "solidary" enterprises is that they serve the current pattern of flexible capital accumulation, since the quality of self-management is restricted and dependent. However, because capital is in permanent crisis, the actions of "solidary economy" are also permeated with contradictions: employees can experience some degree of "self-management" in the production process, which points to new historic possibilities from the emerging collective consciousness.

Keywords: Solidary economy. Self-management. Alienation. Social changes.

**Mestre em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV. Professor Assistente e Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Endereço: Quadra 507 Sul, Alameda 2, L.3, QI 3. Palmas/TO. CEP: 77016-146. E-mail: edibenini@hotmail.com*

***Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS. Professor Assistente da UFMS. E-mail: elciobenini@yahoo.com.br*

As organizações coletivas dos trabalhadores com finalidades sócio-econômicas vêm ganhando cada vez mais espaço na atual conjuntura. Trata-se, numa primeira abordagem, de uma forma de organização da produção que tem como objetivo imediato a geração de trabalho e renda. Em tese, a sua característica fundamental seria a organização do trabalho sem a presença de um proprietário. Os trabalhadores, nesta lógica, seriam os donos dos meios de produção que utilizam e estariam, pelo menos, iniciando um processo de organização do trabalho baseado na autogestão.

A partir dessa primeira explicação uma série de discussões vem sendo desencadeada. Alguns autores (ARRUDA, 1998; SINGER, 2003; GAIGER, 2004, 2007; FRANÇA FILHO & LAVILLE, 2004; MANCE, 2003; BENINI, 2007, 2008; DAGNINO; NOVAES, 2007), conceituam o movimento dos trabalhadores coletivos como sendo uma espécie de economia solidária. Para Singer (2003), esse tipo de economia seria um modo de produção e distribuição alternativo, e contemporâneo, ao modo de produção capitalista.

Com essa mesma denominação – a chamada “economia solidária” –, observa-se claramente uma grande variedade de iniciativas e propostas, articulando diferentes propósitos ou realidades. Estudos, como os de Benini (2003, 2004, 2007, 2008), Arruda (1998) e Dagnino e Novaes (2007), destacam questões de médio e longo alcance, como o tipo de desenvolvimento que tais iniciativas se inserem ou que podem provocar. Já outros estudos ressaltam questões diretamente relacionadas à realidade e às experiências dos protagonistas da economia solidária, destacando seus modos de vida, outras formas de sociabilidade e subjetividade, criação de valores e laços de solidariedade, ainda que iniciadas ou provocadas de uma forma paliativa ou como meio de sobrevivência material, mas que podem e estão a evoluir numa dinâmica em aberto (GAIGER, 2004, 2007; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; MANCE, 2003).

Nesse contexto, é importante destacar que, sendo os trabalhadores donos dos meios de produção, uma série de mudanças ocorre no ambiente de trabalho e, de forma geral, nas atividades cotidianas desses trabalhadores. Entre elas, a que se destaca aqui é a gestão do empreendimento, que também deve ser exercida pelos próprios trabalhadores. É a partir dessa nova atividade desenvolvida pelos trabalhadores, ou seja, de serem trabalhadores e ao mesmo tempo “patrões de si próprios”, que tais empreendimentos são qualificados como autogestionários, ou ainda, como empreendimentos solidários.

Uma importante reflexão de Ferraz e Dias (2008) evidencia como o conceito de autogestão, que na perspectiva sociológica diz respeito a pensar a própria organização de uma sociedade, no contexto contemporâneo da economia solidária, tende a um esvaziamento do seu conteúdo, sendo identificado como um estilo de gestão participativo e democrático dentro dos empreendimentos solidários, que vem a auxiliar a eficácia econômica e a eficiência produtiva dessas organizações. Em que pese as múltiplas dimensões que estão, por ora, incluídas no universo da economia solidária, é justamente com esse eixo específico, a questão da autogestão, que estamos dialogando e buscando uma contribuição ao debate sobre a alienação e possíveis perspectivas emancipatórias.

Logo, entendemos que as iniciativas de economia solidária, além de envolverem e propiciarem um conjunto importante de experiências sociais, culturais, entre outros aspectos de sociabilidade, também, é um espaço possível de práticas/tentativas da autogestão de cunho solidário.

Mas, afinal, que “autogestão solidária” é essa? Numa primeira aproximação analítica, podemos explicitar que trata-se de um tipo de solidariedade praticada entre grupos específicos ou de mesma base sócio-econômica, que busca engendrar novas relações produtivas, negando a figura imediata do proprietário, para se obter algum tipo de renda ou inclusão nos fluxos econômicos dominantes.

No entanto, a organização de tais empreendimentos, ainda que em sua forma mais utópica, ou seja, em seu funcionamento no ideal da autogestão (sem

os conflitos naturais derivados pela divisão social e hierárquica do trabalho e pela disputa pelo poder interno), está inserida na totalidade capitalista, o que é uma contradição *a priori*. Afinal de contas, a principal característica do capitalismo é a reificação do trabalho: de um lado, têm-se os proprietários dos meios de produção, que compram força de trabalho, e de outro os trabalhadores, que são obrigados a vender sua força de trabalho.

Mas será que esses empreendimentos autogestionários são, realmente, uma contradição? Se sim, que tipo de contradição é esta? Ou ainda, a partir dessa condição objetiva, pode-se falar em algum tipo de impacto de cunho subjetivo?

Tendo como referência tais questionamentos, é que o objetivo deste ensaio diz respeito a ir além da constatação que o processo, ou mesmo a tentativa, de autogestão dentro do capitalismo implica em alguns elementos contraditórios, mas, outrossim, em refletir sobre em que medida e de que forma tais contradições podem variar, nas práticas de economia solidária, da condição subalterna de funcionalidade até implantes necessários de novos elementos estruturantes, abrindo, assim, como possibilidade histórica, um horizonte efetivo de transformação da organização do sistema produtivo.

Para caminhar neste sentido, as reflexões a seguir buscam compreender e ressaltar aspectos estruturantes, no que diz respeito a sua dinâmica, das múltiplas determinações do objeto, tendo sempre como parâmetro de análise os mecanismos de reprodução do capital. Assim, antes de responder a tais considerações, será realizada uma leitura sobre o atual contexto e as forças predominantes, com o intuito de tirar o véu que embaça a visão e buscar as verdadeiras essências que estão em movimento.

A Precarização do Trabalho e a Autogestão: uma resposta necessária

Não é preciso muitos argumentos, quando se tem como referência a totalidade concreta, para afirmar que o modo de produção capitalista não está passando por uma crise conjuntural, ou seja, por mais uma “tempestade”, mas, sim, que sua contradição insuperável, entre valor de uso e valor¹, leva cada vez mais a um estado de crise constante e estrutural. Após a conjuntura específica do Estado de Bem-Estar Social (pleno emprego, a realização concreta de direitos sociais e políticas públicas universais e de qualidade), e sua crise iniciada em 1973, o horizonte de bonança parece estar cada vez mais distante, ou ainda, a possibilidade de continuação do capitalismo parece ser cada vez mais a verdadeira miragem em meio a um deserto de opções (MÉSZÁROS, 2002).

Nesse contexto, as mudanças no mundo do trabalho são cada vez mais frequentes e perceptíveis na sua precarização, numa direção inversa à fase anterior de ampliação dos direitos sociais. Sem dúvida, o paradigma da precarização do trabalho assombra a classe trabalhadora, ocorrendo as mais variadas reações. Se, no contexto do pós-guerra, a solidariedade entre os trabalhadores foi expressa pelos direitos sociais e pleno emprego, agora, tendo em vista as novas estratégias de reestruturação produtiva, um outro tipo de solidariedade é desencadeada: a organização coletiva de cunho sócio-econômico – assumida em grande parte na forma institucionalizada e pulverizada de cooperativas e associações. Trata-se de uma organização que surge como uma das reações determinadas e/ou encontradas pelos trabalhadores frente aos novos imperativos do processo de acumulação capitalista.

Mas por que ela é determinada? Justamente porque a força que a coloca em movimento é uma determinação material, ou seja, uma *necessidade* material. Nesse sentido, a própria crise estrutural do trabalho é a força que coloca em movi-

¹ Um dos aspectos fundamentais dessa contradição pode ser observado pelo fato de que as mercadorias “têm que se realizar primeiro como valores, antes de poderem se realizar como valor de uso” (MARX, 2006, p. 110).

mento os trabalhadores coletivos. Contudo, é importante fazer uma leitura mais atenta sobre tal fato e, para isso, tentar responder a duas perguntas: os empreendimentos coletivos dos trabalhadores são de cunho revolucionário, ou seja, trazem em seu cerne uma perspectiva de uma mudança para além do capital? Ou são reacionários e, nesse sentido, são apenas mais uma adaptação do modo de produção capitalista que, por estar em crise, busca combinar outros elementos na sua relação fundamental entre capital e trabalho? Além dessas duas questões, já consideravelmente discutidas em alguns debates sobre a economia solidária, cabe uma terceira pergunta: em que condições uma ou outra lógica de organização social torna-se hegemônica?

Nem tanto o mar, nem tanto a terra. É certo que para manter sua taxa de apropriação de mais-trabalho, que vem decrescendo, tendo em vista os avanços tecnológicos poupadores de força de trabalho, o capital, em sua necessidade infundável de valorização do valor, busca novas formas flexíveis em sua composição, sendo o trabalho o elemento fundamental.

Assim sendo, os empreendimentos autogestionários, uma vez inseridos no capitalismo, num primeiro momento, se constituem em um dos “fôlegos” para o sistema, e isso pode ser visto de duas formas: servem como uma organização funcional ao sistema e/ou às cadeias produtivas, sendo utilizados e/ou subcontratados pelas empresas convencionais e; sufocam uma parte do movimento dos trabalhadores, que inseridos em sua luta pontual, deixam de ser “solidários” com o restante da classe trabalhadora.

Partindo dessa visão, a própria qualidade da autogestão pode ser questionada e qualificada de forma restrita, uma espécie de autogestão *stricto sensu*, uma vez que a atividade é diretamente influenciada pelas demandas externas do empreendimento. Para entender melhor esse ponto em particular, que expressa um dos pólos do movimento (já que o outro seria as múltiplas possibilidades suscitadas a partir da solidariedade de tipo horizontal), as considerações de Rosa Luxemburgo são de suma importância.

O Dilema de Rosa Luxemburgo: “a troca domina a produção”.

As críticas de Rosa Luxemburgo são muito mais ricas e complexas do que aqui apresentadas. Contudo, dado os objetivos deste trabalho, remete-se diretamente à visão da autora quanto ao papel das cooperativas enquanto organização coletiva e econômica dos trabalhadores e às mudanças qualitativas que podem promover, uma vez que elas estão ligadas às origens da economia solidária (SINGER, 1998). Nesse contexto, observamos que as cooperativas, por estarem dentro do mercado, são determinadas pelos fluxos do valor de troca, logo, estão em situação de subordinação frente às demais empresas e corporações que dominam os fluxos de renda e preço e condicionam vários aspectos da reprodução social (como a produção científica e tecnológica, por exemplo). Nesse sentido, adverte Luxemburgo (2005):

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia, capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. *Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa.* Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, ver-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmo com todo o absolutismo neces-

sário e desempenhar entre eles o mesmo papel do patrão capitalista. É desta contradição que morre a cooperativa de produção, quer pela volta à empresa capitalista, quer, no caso de serem mais fortes os interesses dos operários, pela dissolução (LUXEMBURGO, 2005, p.80-81, grifos nossos).

Diante da contradição apontada na citação acima, é que surge o dilema do cooperativismo: ou as cooperativas são frustradas economicamente ao manter a ideologia fundadora, ou, ao crescerem como empresas, perdem suas características iniciais, caracterizando um cooperativismo do tipo burocrático, ou seja, que não é orientado pela perspectiva de autogestão dos e pelos trabalhadores, mas, sim, por vários condicionantes gerenciais.

Estando a cooperativa – no caso, autêntica e “autogestionária” – ligada ao mercado capitalista, tendo que, necessariamente, concorrer e produzir de acordo com as exigências do mercado, o próprio princípio da “autogestão” acaba sendo limitado e constrangido. Isso se dá pois a organização da produção, assim como a amplitude da tomada de decisão ou, em essência, o poder dos trabalhadores, que se vêem na contradição de governarem a si mesmos como capitalistas – tomando as mesmas atitudes, grosso modo, “usando o chicote em si mesmos” – para conseguirem competir no mercado (cuja base de valorização e acumulação é a exploração do trabalho), acabam introduzindo tecnologias e padrões de organização e gestão tipicamente burocráticos.

Nesse sentido, a “autogestão” fica comprometida por ser apenas restrita – autogestão *stricto sensu* –, tendo os trabalhadores que se “adaptarem” às condições do mercado, ao padrão produtivo e mercadológico e às tecnologias dominantes, que não atuam neutramente, mas como instrumentos de dominação do trabalho.

Assim, as cooperativas ou empreendimentos de economia solidária (que em essência são o mesmo fenômeno social), por estarem isoladas, apenas atuam inseridas no sistema capitalista, e não “contra” e/ou “como sistema” enquanto totalidade, logo, não conseguem avançar ou romper com o dilema colocado por Rosa Luxemburgo (2005).

Uma possível solução para o dilema “a troca domina a produção”, colocado por Rosa Luxemburgo (2005), se encontraria na junção de diversas cooperativas, das mais diversas áreas, dando origem a uma espécie de rede cooperativa ou solidária, como defende Euclides Mance (2003), por exemplo. Dessa forma, as cooperativas de produção resolveriam o seu dilema ao encontrar um mercado isolado da competição capitalista nas cooperativas de consumo, que seriam responsáveis por articular as diversas produções, formando, assim, cadeias produtivas solidárias. Conforme coloca Mance:

Outras redes mais complexas, entretanto, que integram organizações solidárias de crédito, consumo, produção, comércio e serviços, passaram a refletir sobre as melhores estratégias de expansão e consolidação dessas redes, chegando-se a percepção da necessidade de remontar solidariamente as cadeias produtivas. Essa progressiva remontagem possibilita à economia solidária converter-se paulatinamente no modo de produção socialmente hegemônico e não apenas em uma esfera de atividade econômica de segunda ordem, paliativa ou complementar, destinada apenas a atender populações pobres ou marginalizadas pelos movimentos dos capitais (MANCE, 2003, p. 26).

A questão que se coloca diante desta saída consiste na limitação das cooperativas de consumo. De acordo com Luxemburgo (2005), a dependência da cooperativa de produção à cooperativa de consumo estaria limitada a um mercado local e restrito, o que implicaria em:

Todos os ramos mais importantes da produção capitalista: indústria têxtil, mineração, metalúrgica, petrolífera, como a indústria de construção de máquinas locomotivas e navios, estão de antemão excluídos da cooperativa de consumo e, por conseguinte das cooperativas de produção. Eis porque, sem em conta o seu caráter híbrido, as cooperativas de produção não podem ser consideradas uma reforma social geral, pela simples razão de pressupor a sua realização geral, antes de tudo, a supressão do mercado mundial e a dissolução da economia mundial atual em pequenos grupos locais de produção de troca, constituindo no

fundo, por conseguinte, o retrocesso da economia do grande capitalismo, a economia mercantil da Idade Média (LUXEMBURGO, 2005, p. 82-83).

Até mesmo entre os intelectuais da economia solidária, a saída para o isolamento em redes não é unanimidade. Para Singer (2002), o isolamento poderia acomodar os empreendimentos solidários em uma situação de inferioridade tecnológica:

Então a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países (SINGER, 2002, p.120).

Em defesa da economia solidária, em seu artigo *Economia Solidária: um modo de produção e distribuição*, Paul Singer (2003) apresenta o dilema colocado por Rosa Luxemburgo (2005), qual seja, "a troca domina a produção", aqui exposto, e responde:

A argumentação de Rosa Luxemburgo é mais antagônica à gestão capitalista, mas não é consistente. Ela desconhece ou despreza a resistência que os trabalhadores oferecem ao absolutismo do capital e que limita as arbitrariedades que este tenta praticar. Já na época em que ela escrevia (1899), os trabalhadores estavam organizados nas fábricas e tinham capacidade de se opor à intensificação do trabalho e a alterações unilaterais da jornada de trabalho (SINGER, 2003, p. 17).

Singer (2003) considera, então, que a resistência dos operários impediria o capital de superexplorar o trabalho, uma vez organizados em empreendimentos coletivos econômicos. A argumentação de Singer (2003) continua:

Se as condições de trabalho na fábrica eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados têm de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não têm, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados têm a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados têm de obedecer a determinações da direção (SINGER, 2003, p.17).

Daí surge a liberdade dos cooperados, a opção de se auto-explorarem ou não, ou como afirma Singer, a possibilidade de se *auto-explorarem menos*. Os cooperados, realmente, não possuem obrigação de gerarem retorno ao "capital" investido. Possuem, contudo, necessidade de gerar retorno não só para seu sustento, como para a viabilidade do próprio negócio. Neste caso, a liberdade consiste em desenvolver o empreendimento e aumentarem sua renda à custa de forte auto-exploração, ou se auto-explorarem menos e, em contrapartida, terem um retorno menor ou nulo. Dando seqüência em seu argumento, Singer ainda questiona quais seriam as alternativas aos trabalhadores se não a economia solidária:

Ficarem desempregados, eventualmente sobreviverem de bicos ou voltarem a trabalhar para capitalistas. Em condições evidentemente piores do que as da auto-exploração (SINGER, 2003, p.17).

Assim, conclui que, como grande parte das cooperativas são originadas a partir de empresas capitalistas falidas, de forma que os trabalhadores associados conhecem as condições de trabalho que o mercado impõe, "Não é crível que passem a considerá-las insuportáveis quando se tornam os donos de seus meios de produção" (SINGER, 2003, p.18). O autor ainda se defende e ataca Rosa Luxemburgo em defesa da economia solidária, colocando que "é comum ouvir que economia solidária apenas compete com o capital, mas não o elimina" e conclui sobre este argumento:

A conclusão é falsa sob todos os pontos de vista. Primeiro porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a trabalhar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona. De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas as decisões econômicas nas mãos dum pe-

queno número de especialistas. Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperado as condições de trabalho, mesmo quando essas continuam ainda deixando muito a desejar. Afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e, portanto, estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante na rendição humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva (SINGER, 2003, p. 18).

Ainda no mesmo texto, Singer (2003), em nota de rodapé, coloca com clareza que, em sua visão, não se trata de apenas uma alternativa ao desemprego, mas uma alternativa ao próprio sistema, sendo o processo de economia solidária uma forma de transição do modo de produção capitalista ao socialismo autogestionário.

Este é provavelmente o principal papel da economia solidária na luta pelo socialismo. A autogestão generalizada da economia e da sociedade – que constituiu a essência do programa econômico e político do socialismo – só conquistará credibilidade quando houver a prova palpável de que ela não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas. A construção de empreendimentos solidários é o método mais racional de obter tal prova. A alternativa seria apostar na crise geral do capitalismo, que forçaria a maioria a aceitar o socialismo, mesmo que seja como mal menor (SINGER, 2003, p. 28).

Concordando com Singer, Gaiger (2007), ao mesmo tempo que destaca a subsunção dupla desses empreendimentos, face ao modo de produção capitalista (competição e acumulação), também valoriza o elemento subjetivo como decisivo, ou seja, a dita “prova” da capacidade de auto-organização dos trabalhadores como fator chave para a transição a um outro modo de produção.

Não obstante os limites e imperativos econômicos e as contradições que movem os empreendimentos coletivos sócio-econômicos, uma vez sendo os trabalhadores donos dos meios de produção de determinadas unidades produtivas (e subordinados às demais), donos dos produtos que produzem e os responsáveis pela organização e gestão dos empreendimentos, uma nova realidade cotidiana é desencadeada para os trabalhadores. Entretanto, até que ponto o emergir de novos valores, subjetividades, enfim, o “sucesso” dos empreendimentos solidários (sendo que o próprio sentido deste “sucesso” é, no mínimo, discutível), por si só, podem gerar “uma outra economia” ou uma “sociedade do trabalho libertado”, nas palavras de Arruda (1998, p. 6)?

Para refletir sobre esses aspectos e essa realidade, que condiciona e transforma, ou ainda, sobre a influência das condições objetivas sobre os aspectos subjetivos, faz-se necessário entender os aspectos fundamentais da tese dominante, ou seja, a alienação do trabalho.

Autogestão e Alienação: a busca pela emancipação

Para compreender o conceito de alienação e suas conseqüências para a classe trabalhadora, é necessário, sobretudo, compreender o trabalho com uma dupla possibilidade: enquanto atividade produtiva emancipatória ou enquanto atividade produtiva alienada e/ou estranhada.

Outra consideração que precisa ser destacada é que a alienação decorre de determinadas condições históricas. Precisamente por ser o capitalismo o atual modo de produção predominante, é que se considera, aqui, essa base material como ponto de partida para as devidas reflexões sobre a alienação do trabalhador.

Também, se faz necessário considerar que a atividade produtiva é um fator sem a qual a existência humana não seria possível. Conforme coloca Mészáros (2006, p. 78), “o modo de existência humano é inconcebível sem as transformações humanas realizadas pela atividade produtiva”. Nesse sentido, a atividade produtiva é o “mediador na relação sujeito-objeto entre homem e natureza” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78). O trabalho, enquanto propriedade ativa do homem, é a

própria essência objetiva do homem (MARX 2004, MÉSZÁROS, 2006). Quando livre, o trabalho possibilita ao ser humano – um ser então objetivo –, manifestar-se e contemplar-se a “si mesmo num mundo criado por ele, objetivado, e não somente no seu pensamento” (MÉSZÁROS, 2006, p. 144).

Assim, uma vez considerado que o trabalho – enquanto atividade produtiva – é a mediação fundamental entre o homem e a natureza, a partir do momento em que o trabalho se torna uma mercadoria, surgem mediações de segundo grau, como a propriedade privada, a divisão do trabalho e o intercâmbio, que o “*impedem de se realizar em seu trabalho*, no exercício de suas capacidades produtivas (criativas), e na apropriação humana dos produtos de sua atividade” (MÉSZÁROS, 2006, p. 78, grifos nossos).

Logo, ainda que haja importantes inovações, no contexto dos empreendimentos solidários, dentro de um *lócus* que, num primeiro momento, permite variadas manifestações de ação comunicativa entre os trabalhadores, provocando a fluidez de novos valores e subjetividades (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004. ARRUDA, 1998), estas não se encontram dentro de uma forma de trabalho concreto, livre de constrangimentos, mas, sim, ao contrário, estão sitiadas por aquele conjunto de mediações de segundo grau.

Com isso, é importante ressaltar que uma das condições para que tais mediações de segunda ordem operassem, seria haver “liberdade” do trabalho, liberdade para que os trabalhadores “escolhessem livremente celebrar o contrato em questão, alienando voluntariamente aquilo que lhes pertencia” (MÉSZÁROS, 2006, p. 38). Nesse sentido, a alienação transforma todas as coisas em:

(...) objetos alienáveis, vendáveis, em servos da necessidade e do tráfico egoístas. A venda é a prática da alienação. Assim, como o homem, enquanto estiver mergulhado na religião, só pode objetivar sua existência em um ser alheio e fantástico; assim também, sob o influxo da necessidade egoísta, ele só pode afirmar-se a si mesmo e produzir objetos na prática subordinando seus produtos e sua própria atividade à dominação de uma entidade alheia, atribuindo-lhes a significação de uma entidade alheia, ou seja, o dinheiro (MARX, 2004, p. 38).

Dessa forma, a propriedade privada, uma espécie de “*mediação da mediação*” é um meio de alienação, independente das diferentes manifestações de subjetividades dos participantes, uma vez que condiciona o trabalhador e sua potencialidade a funções estritamente determinadas pela lógica da acumulação, pela expropriação de mais-trabalho, pela vontade do comprador da força de trabalho, o que o impede de se realizar em sua atividade.

O que pode ser observado nas colocações acima é que a alienação é composta de aspectos políticos (e não atributos subjetivos individualizados), sendo que as relações de propriedade são *conditio sine quo non* para que o aspecto econômico possa operar. Conforme MéSZáros (2006, p. 138), “a apropriação e a redistribuição” pressupõe uma relação politicamente fixa entre “produção e apropriação”, e o elemento que sustenta essa relação política é o instituto da propriedade privada dos meios de produção.

Para entender o conceito de alienação e seus aspectos tanto políticos quanto econômicos, parte-se aqui das quatro principais dimensões colocadas por Marx nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*² (2004), a saber: a alienação do homem em relação à natureza; a alienação de sua própria atividade produtiva; a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens.

A primeira das dimensões colocadas, diz respeito à relação entre o trabalhador e o objeto/fruto de sua atividade produtiva, o produto de seu trabalho. Nesse sentido, na produção capitalista, a objetivação do trabalho:

² Conhecida como *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, ou simplesmente por *Manuscritos de Paris*, esta é considerada a principal obra filosófica de Marx, escrita ainda na sua juventude, com destaque à questão da alienação, da qual se parte aqui as reflexões sobre este tema. Conforme coloca MéSZáros, trata-se “inquestionavelmente, da obra filosófica mais discutida no século XX” (MÉSZÁROS, 2006, p. 17).

(...) tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é desposado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. Sim, o trabalho mesmo se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se apossar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2004, p. 80).

Dessa forma, o trabalhador ao se relacionar com o produto de seu trabalho, este lhe aparece como “um objeto estranho”, “uma existência externa”, que lhe defronta com uma “potência autônoma diante dele” (MARX, 2004, p. 80); logo, a ação comunicativa dos seus sujeitos não encontra espaço suficiente para modificar outras relações e estruturas, como, por exemplo, a matriz tecnológica e energética, tempo e ritmo da produção, taxas de obsolescência das mercadorias, restringindo-se a algumas manifestações culturais, laços de solidariedade e ajuda mútua, estas vinculadas, não raramente, à questão da sobrevivência.

Não obstante, o estranhamento não se dá apenas na relação entre o sujeito-objeto, no resultado da atividade produtiva, mas também, “e, principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva” (MARX, 2004, p. 82). Nessa perspectiva de alienação do trabalho, a relação do trabalhador no interior do processo, na sua relação com sua própria atividade, torna-se uma atividade que ele mesmo desconhece o seu propósito ou objetivo, ou cuja participação não lhe diz respeito como sujeito intencional, logo, é uma atividade “alheia que não lhe oferece satisfação por si e em si mesma, mas apenas pelo ato de vendê-la a outra pessoa” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20), uma vez que vender (alienar) a sua força de trabalho é condição imposta para a sua sobrevivência imediata.

Nesse sentido, não é a atividade em si que lhe proporciona satisfação, mas uma “propriedade abstrata dela: a possibilidade de vendê-la em certas condições” (MÉSZÁROS, 2006, p. 20). O trabalho se torna apenas um meio de existência, para satisfazer carências fora dele. Conforme Marx (2004):

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si (quando) fora do trabalho e fora de si (quando) no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade aparece para o trabalhador como se (o trabalho) não o pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo (MARX, 2004, p. 83).

Conhecida as duas primeiras dimensões da alienação, que Marx (2004) chama de “estranhamento da coisa” e a segunda de “auto-estranhamento”, pode-se então entender as outras duas, que são consequências das duas primeiras já citadas, quais sejam: a alienação de seu ser como membro de sua espécie – de seu ser “genérico” e; a alienação do homem em relação aos outros homens – na sua sociabilidade.

A terceira dimensão da alienação do ser humano, por meio do trabalho estranhado, faz “do *ser genérico do homem*, tanto da natureza quanto da faculdade espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio de sua *existência individual*” (MARX, 2004, p. 84, grifos nossos). Em outras palavras, quando a atividade livre do homem é reduzida a apenas um meio, “ela faz da vida genérica do homem um meio de sua existência física” (MARX, 2004, p. 84). Nas palavras de Mézáros:

O terceiro aspecto – a alienação do homem com relação ao seu genérico – está relacionado com a concepção segundo a qual o objeto do trabalho é a objetivação da vida da espécie humana, pois o homem se duplica não apenas na consciência, intelectual (mente), mas operativa, efetiva (mente), contemplando-se, por isso, a si mesmo num mundo criado por ele (MÉSZÁROS, 2006, p. 20).

Com efeito, ao colocar o indivíduo em primeira instância em relação à humanidade, de forma imediata, a própria consciência de sujeito histórico é perdida, e a capacidade de fazer história é negada, uma vez que a contradição entre indivíduo

e humanidade acaba levando à aparente idéia de que a história já está construída e, desta forma, é limitada aos indivíduos. Isso:

(...) traz a dissecação e a completa eliminação cética do sujeito histórico, com conseqüências devastadoras para as teorias que podem ser construídas no interior desses horizontes. Pois, uma vez que o sujeito histórico é lançado ao mar, não apenas a possibilidade de fazer, mas também de entender a história deve sofrer o mesmo destino (...). (MÉSZÁROS, 2007, p. 47).

Enquanto Marx levou em consideração a relação do "homem com a humanidade em geral"³ para formular a terceira característica da alienação, não obstante, no quarto aspecto, seu foco de análise é a relação do homem com os outros homens. Assim:

Uma conseqüência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o estranhamento do homem pelo (próprio) homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que é produto da relação do homem com seu trabalho, produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale em relação do homem com outro homem, como o trabalho e o objeto do trabalho de outro homem (MARX, 2004, p. 85-86).

Tal processo também foi descrito por Dejours (1999) como a "banalização da injustiça social", que, grosso modo, explica o mecanismo no qual o homem, alienado no seu trabalho, sublima tal sofrimento, e uma vez que "neutraliza" o seu próprio sofrimento, isso vai implicar na neutralidade de perceber o sofrimento do outro, nessa relação de sociabilidade homem-homem. Trata-se de um sofrimento "invisível", causado pelas múltiplas formas de alienação, e camuflado por mecanismos de defesa da psique humana, evitando a loucura.

Dessa forma, ao se compreender os elementos que determinam o trabalho enquanto atividade produtiva alienada e/ou estranhada, percebe-se com clareza que o seu oposto, o trabalho emancipado, requer uma forma de autogestão densa tanto na sua forma, como no seu conteúdo e dinâmicas, no qual os seus protagonistas tenham condições plenas de decifrar e intervir na sua própria história.

Não obstante os apontamentos de Marx (2004) sobre a alienação e suas dimensões, de nenhuma forma o presente trabalho tem como propósito colocar, ou idealizar, o "caminho da emancipação", mas, outrossim, apenas suscitar algumas reflexões sobre a economia solidária e a questão da emancipação. Nesse horizonte, a questão do grupo é uma importante chave dialética, e parece ser um ponto de inflexão crucial, para o autor, no rumo da emancipação, como podemos observar na passagem abaixo:

Quando os artesãos comunistas se unem, vale para eles, antes de mais nada, como finalidade a doutrina, propaganda etc. *Mas ao mesmo tempo eles se apropriam, dessa maneira, de uma nova carência, a carência da sociedade, e o que aparece como meio, tornou-se fim.* Este movimento prático pode-se intuir nos seus mais brilhantes resultados quando se vê operários (ouvriers) socialistas franceses reunidos. Nessas circunstâncias, fumar, beber, comer etc., não existem mais como meios de união ou como meios que unem. A sociedade, a associação, o entretenimento, que novamente têm a sociedade com fim, basta a eles; a fraternidade dos homens não é nenhuma frase, mas sim a verdade para eles, e a nobreza da humanidade nos ilumina a partir dessas figuras endurecidas pelo trabalho (MARX, 2004, p. 146, grifos nossos).

Assim, considerando esse elemento de inflexão, qual seja, se a parcialidade de um grupo/projeto pode conter, de forma estruturante, elementos de uma universidade sistêmica, é que buscamos uma "pista" sobre a natureza da autogestão, e as dilatações possíveis, embutidas ou em ebulição, nos empreendimentos solidários.

Nessa perspectiva, situar a autogestão como a negação ontológica da alienação significa, sobretudo, enriquecer o seu conteúdo e *práxis*, tendo como hori-

³ "Isto é, a alienação da 'condição humana' no curso de seu rebaixamento por meio de processos capitalistas" (MÉSZÁROS, 2006, p. 2).

zonte a coordenação global da produção pelos produtores associados (NOVAES, 2010), e não a instrumentalização pontual da idéia de autogestão, conforme análise e alerta de Ferraz e Dias (2008), reduzindo-a num conjunto de práticas da chamada “gestão participativa”.

Da mesma forma, interessante destacar que Arruda (1998), ao mesmo tempo que explicita as mudanças subjetivas que podem ocorrer na economia solidária, ou na socioeconomia como prefere conceituar – um espaço de aprendizado de novos valores sociais, no sentido de uma economia da reciprocidade pautada por atributos do feminino: dar, acolher, receber, compartilhar –, o autor, claramente, situa tal economia como antítese dialética da crise estrutural do capitalismo (competição predatória e busca incessante por acumulação e poder), logo, elemento estruturante de uma outra sociedade, como podemos observar nesta passagem:

Se esta crise será terminal para o sistema (capitalista) depende de dois fatores: a capacidade daqueles que vivem do seu próprio trabalho e capacidade criativa de introduzir novas formas de organizar o trabalho, a produção, as finanças, o consumo, o comércio, o conhecimento e o poder político, e gradualmente ou mesmo rapidamente ir ganhando o controle sobre todos esses processos: e o agravamento das contradições do próprio capitalismo. Quando estes dois fatores coincidirem no tempo, uma grande transformação objetiva e subjetiva da humanidade acontecerá (ARRUDA, 1998, p. 4).

Quais seriam, então, as condições institucionais e/ou organizacionais para que o trabalho venha a ter governabilidade plena do seu destino? Provavelmente, o próprio conteúdo da autogestão revele uma perspectiva mais clara neste sentido.

Organização Social e Propriedade: qual a autogestão da “economia solidária”?

A proposta de “economia solidária” está diretamente relacionada com o movimento cooperativista, ora sendo confundida com ele, ora sendo considerada apenas uma atualização do mesmo para um novo contexto histórico (chega-se a falar em ressurgimento do cooperativismo sob o nome “economia solidária”), mas também no sentido de ser algo maior que o próprio cooperativismo, abrangendo outros elementos, como o associativismo, clubes de trocas, moedas sociais, entre outros.

O fato é que a lógica da “autogestão”, apresentada reiteradamente como elemento essencial do projeto de “economia solidária”, manifesta-se como prática principalmente nas cooperativas, logo, é necessário analisar essa “autogestão” no contexto da “economia solidária” e nas práticas cooperativistas.

Um ponto importante a ser considerado é que, por um lado, tem-se o projeto utópico do cooperativismo, claramente autogestionário nos seus preceitos. Entretanto, outra coisa distinta são os meios institucionais e organizacionais escolhidos ou constituídos para concretizar este projeto. Entender tal distinção, dentro de uma concepção de totalidade do sistema produtivo e econômico, abre um espaço argumentativo que pode contribuir para ir além da reiterada dualidade (ou mesmo de um verdadeiro dilema) que a economia solidária hoje se encontra: funcionalidade conservadora ou espaço de resistência ao capital.

Um dos principais argumentos em defesa do cooperativismo, e da própria economia solidária, seria seu caráter distinto de uma empresa capitalista convencional, justificado por ser uma organização baseada no trabalho e não no capital, buscando maximizar tanto aspectos econômicos como sociais, conforme argumenta Gaiger:

O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. Esse espírito distingue-se da racionalidade capitalista - que não é solidária e tampouco inclusiva - e da solidariedade popular comunitária - desprovida dos instrumentos adequados a um desempenho sócio-econômico que não seja circunscrito e marginal (GAIGER, 2007, p. 8).

Entretanto, em que pese tais ganhos, é necessário analisar a qualidade dos meios organizacionais e institucionais que o viabiliza. Estudo de Storch (1987) destaca os diferentes tipos de cooperativas – indo de um ponto mais progressista, ao outro extremo, mais conservador – conforme três variáveis estruturais: o processo decisório, sistema patrimonial e a finalidade do excedente líquido.

Tais componentes e elementos constitutivos do cooperativismo (patrimônio, fluidez e circulação da renda e processo decisório), nesta reflexão, são ponderados não como estruturas inerentes à lógica utópica (os princípios cooperativistas), mas, sim, como opções políticas dadas historicamente, opções estas que nem sempre podem refletir os valores e ideais originais.

Nesse horizonte, quando se observa mais profundamente tais elementos constitutivos, revela-se que, além do discurso “cada cabeça, um voto”, o mesmo dos convencionados “princípios cooperativistas”, as cooperativas são estruturadas, simultaneamente, por um sistema patrimonial privado de cotas, um sistema produtivo fragmentado e hierárquico, um sistema distributivo de mercado e um sistema de gestão com alguns mecanismos decisórios de participação.

Ainda que tal análise mereça um estudo mais aprofundado, é possível verificar e compreender, por meio dessa síntese, que o cooperativismo, de forma potencial, pode afetar uma das quatro dimensões da alienação apontadas anteriormente, porém, até o momento, não possui elementos estruturais que possibilitem avançar além dessas condições objetivas, limitando e prejudicando a imensa riqueza das relações humanas em movimento.

Isso porque a “autogestão”, a rigor, apenas acontece no espoco da gestão específica de unidades de produção dissociadas, conforme se constata em vários estudos de caso (BENINI, 2004, 2008). No grupo, é possível falar de solidariedade, de maneira objetiva, como meio de sobrevivência, mas no espaço inter grupos, a solidariedade se situa tão somente na questão moral ou valorativa, pois os empreendimentos solidários não têm, de fato, opção econômica fora dos imperativos do valor de troca (competitividade, melhor preço etc).

Portanto, tais práticas, ditas autogestionárias, são organizadas de forma limitada – não se desenvolveram outros mecanismos de decisão coletiva além das assembléias – e restrita – muitas cooperativas se dividem entre sócios “votantes” e trabalhadores contratados e subordinados. No que diz respeito ao aspecto produtivo como um todo sistêmico (propriedade, distribuição, organização), são empresas capitalistas como outras quaisquer, baseadas na propriedade privada (amestizada pelo sistema de cotas de grupos, vinculada ao trabalho), na fragmentação produtiva (cada cooperativa ou unidade de produção é isolada, ou seja, elas competem entre si, não constituindo um sistema orgânico ou algum tipo de coordenação integrada), e a sua distribuição é realizada dentro da lógica do capital (o determinante é o valor de troca das mercadorias).

Dessa forma, o movimento cooperativista se estrutura por meio de mecanismos de lógica predominante do capital e não, a rigor, por um conjunto de princípios e práticas autogestionárias, o que vem a limitar, nesta atual configuração histórica, a sua capacidade de ser um *lócus* de superação plena da alienação.

Considerações Finais

A luta cooperativista centrou sua forma de organização na valorização do trabalho por meio de uma gestão coletiva de grupos e um processo decisório participativo: uma suposta autogestão. Porém, não buscou abolir a propriedade privada dos meios de produção e, com ela, a lógica da lei do valor.

Logo, tal movimento resultou numa autogestão restrita a múltiplos e desconexos grupos de produção ou trabalho (organizados em forma de cooperativas), o que é, por definição, um tipo de autogestão meramente gerencial ou formal. Cada um desses grupos produtivos é estruturado por meios de cotas de propriedade, na crença de que isso significaria subordinação do capital ao trabalho, quando é justamente a propriedade privada da produção, como um conjunto sistêmico, o

mecanismo essencial de subordinação do trabalho. Em suma, a forma constituída pelo movimento cooperativista cada vez mais se revela de natureza burocrática e heterogestionária, ante a utopia de emancipação do trabalho. Com isso, as práticas da economia solidária, também, tendem à mera adaptação funcional da lógica dominante, bloqueando ou até mesmo re-significando todas as manifestações culturais e espontâneas que a riqueza das relações sociais sempre cria e re-cria, no movimento de permanente tensão frente aos múltiplos mecanismos de alienação.

Como forma política de resistência a esses imperativos, há vários movimentos e iniciativas de integração dos empreendimentos solidários, isto por meio de redes, moedas sociais, clubes de troca, entre outras iniciativas. Como desdobramento dessa tensão/resistência, mais recentemente, estão sendo implantadas, progressivamente, várias políticas públicas de apoio e/ou fomento a tais iniciativas. Eis uma primeira antítese das contradições inerentes de se buscar formas de autogestão do trabalho dentro ou inseridas no mercado capitalista, centrado no valor de troca e na acumulação.

Entretanto, essas mesmas contradições, num segundo momento, ou como necessidade histórica, ou como acúmulo de experiências, projetos e conhecimentos, ou ambos simultaneamente, podem também provocar outros tipos de reações, na perspectiva de superação efetiva das outras três dimensões da alienação.

Como a atual proposta de economia solidária apenas veio, até o momento, a se pautar pelos mesmos elementos do cooperativismo tradicional, inclusive, descartando, no discurso da maioria dos seus intérpretes, quaisquer propostas de planejamento econômico ou integração produtiva, com a devida contestação da lógica patrimonial e dissociada das cooperativas, seu projeto político, nessa linha interpretativa, ainda se limita à resistência às formas de desemprego e como alternativa de renda ou trabalho.

Com isso, pode-se arriscar dizer que a economia solidária ainda carece de um projeto político articulado para além do capital, sem o qual, tais práticas continuariam, reiteradamente, a oscilar entre a funcionalidade e algumas linhas de resistência, fluindo entre as crises permanentes do capital (momentos de expansão alternados com momentos de estagnação).

Diante disso tudo, advogamos que tal projeto precisaria ser, necessariamente, aglutinado pela combinação de uma ofensiva, de cunho socializante, contra a propriedade privada dos meios de produção, possivelmente por meio da criação/invenção de novos elementos estruturantes, na perspectiva de um organismo econômico integrado e sistêmico (um tipo avançado de socialização da riqueza), com uma forma de gestão pública ou social de natureza anti-burocrática. Em suma, é necessário compreender que o projeto utópico da autogestão está constrangido, no atual contexto da economia solidária, justamente, por falta de um projeto político correspondente ao seu horizonte emancipatório, que potencialize as atuais contradições para uma antítese que puxe novas contradições (e com isso, novas alternativas), e que não apenas conserve / reitere alguns impasses em aberto.

Esse projeto político precisa ser entendido como uma possibilidade e necessidade histórica, uma vez que o movimento concreto das "tentativas" de autogestão vem (ou pode vir) a evidenciar, ao conjunto dos trabalhadores envolvidos, os mecanismos de subordinação do capital e, com isso, também "provocar", dialeticamente, os meios de superação destes mesmos mecanismos.

Caso os chamados "empreendimentos solidários" tenham como consequência, no bojo das suas contradições, a constituição de uma consciência coletiva crítica, capaz de reconhecer os limites estruturais do capital e os mecanismos de dominação da lei do valor, em outras palavras, tenha de fato superado um dos aspectos da alienação, pode-se constituir uma nova base histórica para outros enfrentamentos. Afinal, novas subjetividades dependem, para se sustentarem, de novas condições materiais.

Referências

- ARRUDA, M. O "feminino criador": socioeconomia solidária e educação. Texto apresentado na Reunião Anual da Anped – Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação, Caxambu, set. 1998. Disponível em: <www.socioeco.org/text/socioeconomia.rtf>. Acesso em: 15 set. 2010.
- BENINI, E. A. Economia solidária, estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? In: DAL RI, N. M.; Vieitez, C. G. (Orgs.). *Revista Organização e Democracia*. Marília: UNESP, 2003. p. 3-23.
- BENINI, E. A. *Políticas públicas e relações de trabalho* – estudo sobre o processo e natureza da denominada "Economia Solidária", enquanto política pública, a partir da investigação de alguns casos concretos. 2004. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP-FGV, São Paulo, 2004.
- BENINI, E. G. *Economia solidária em questão* – estudo sobre as possibilidades e limites de inserção e emancipação social no capitalismo, a partir de um estudo multicase. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande, 2008.
- BENINI, E. G.; BENINI, E. A.; FIGUEIREDO NETO, L. F. Economia solidária nos prismas marxistas – revolução ou mitigação. ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 5., 2007. São Paulo. *Anais...*, São Paulo: Núcleo de Estudos sobre Economia Solidária da USP, 2007. Disponível em: <<http://www.poli.usp.br/p/augusto.neiva/nesol/Publicacoes/V%20Encontro/Artigos/Principios/PRI-09.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2009.
- DAGNINO, R.; NOVAES, H. As forças produtivas e a transição ao socialismo: contrastando as concepções de Paul Singer e István Mészáros. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp*, Campinas, set. 2005. Disponível em <<http://www.itcp.unicamp.br>>. Acesso em: 06 jun. 2007.
- DEJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.
- FERRAZ, D. L. S.; DIAS, P. Discutindo autogestão: um diálogo entre os pensamentos clássico e contemporâneo e as influências nas práticas autogestionárias da economia popular solidária. *Revista Organizações e Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 46, p. 99-117, jul./ set., 2008.
- FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, L. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=12>>. Acesso em: 10 de set. 2009.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- MANCE, E. A. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia acontece*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 219-225.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NOVAES, H. T. *O fetiche da tecnologia: a experiência das fábricas recuperadas*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, P. *Introdução a economia solidária*. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, P. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. Contexto: São Paulo, 2003.

STORCH, S. Uma perspectiva estrutural sobre cooperativas industriais. In: VENOSA, R. (Org.). *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. Babel Cultural: São Paulo, 1987. p.61-92.

Artigo recebido em 04/09/2008.

Artigo aprovado, na sua versão final, em 03/11/2010.